

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UnC

LUZIA DOS SANTOS MUNHOZ

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR
DEMOCRATIZAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO

MAFRA

2016

LUZIA DOS SANTOS MUNHOZ

PLANO DE AÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
DEMOCRATIZAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO

Plano de Ação em Gestão apresentado como exigência para conclusão do curso de pós-graduação em Gestão Escolar, ministrado pela Universidade do Contestado – UnC, Campus Mafra, em Convênio com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina pelo FUNDES.
Orientador: JOSÉ ALCEU VALÉRIO.

MAFRA

2016.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA	3
1.2 SITUAÇÃO GERADORA.....	3
1.3 OBJETIVO GERAL.....	4
1.4 JUSTIFICATIVA.....	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 DEMOCRATIZAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO:	6
3 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA	12
3.1 INTRODUÇÃO	12
3.2 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA.....	12
3.3 DIMENSÃO PEDAGÓGICA	13
3.4 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	14
3.5 DIMENSÃO FINANCEIRA.....	15
3.6 DIMENSÃO FÍSICA.....	15
4 detalhamento das ações, objetivos e metas	16
4.1 DIMENSÃO SOCIOECONOMICA.....	16
4.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA	17
4.3 DIMENSÃO ADMINSTRATIVA	18
4.4 DIMENSÃO FINANCEIRA.....	19
4.5 DIMENSÃO FÍSICA.....	20
5 CONTROLE E AVALIAÇÃO DO PLANO	21
6 CONSIDERAÇÕES	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	23

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

A dinâmica de evolução da sociedade contemporânea evolui numa velocidade jamais vista pela humanidade. Para compreender esta nova realidade é necessário muito conhecimento, reflexão sobre a realidade e planejamento de todas as nossas ações.

No ambiente escolar tudo isto fica mais complexo e significativo para que seja possível o desenvolvimento de processo educacional de qualidade e que contemple esta realidade. Por isso, a gestão da instituição escolar fica cada vez mais complexa e, exige de seus dirigentes, o constante aprimoramento e inovação dos seus planejamentos. Para aprimorar e inovar é preciso reflexões, discussões, novas ideias, avaliação do contexto e dos resultados que são obtidos. Para contemplar este contexto e várias dimensões que envolvem a instituição escolar é necessário a participação, o envolvimento e comprometimento de toda a comunidade escolar.

Neste sentido é que este plano tem como tema uma gestão alicerçada na democratização e qualidade do ensino.

1.2 SITUAÇÃO GERADORA

Em nosso país é uma constante as falas referentes a falta de qualidade na educação. Independente dos níveis da educação formal, os problemas são os mesmos. Reverter o atual cenário educacional não é uma tarefa fácil, muito menos só de responsabilidade dos dirigentes educacionais. Entretanto, cabe a cada um fazer sua parte e da melhor forma possível.

O Gestor da unidade escolar tem suas reponsabilidades e autonomias estabelecidas na legislação e, no que for delegado pelo órgão máximo da estrutura inserida. Entre suas reponsabilidades está o planejamento das ações e atividades que são desenvolvidas na unidade escolar.

Muito se fala em planejamento participativo, porém, é necessário que os gestores tenham consciência de que a gestão deve ser participativa e democrática. Considerando a realidade atual é que o Plano de ação em Gestão foi elaborado

valorizando os princípios democráticos e participação de todos os envolvidos na comunidade escolar.

1.3 OBJETIVO GERAL

Elaborar um plano de ação em gestão escolar na perspectiva democrática focada na qualidade do ensino.

1.4 JUSTIFICATIVA

A distância entre a teoria e a prática, as dificuldades de se conquistar resultados satisfatórios e de qualidade no sistema escolar contemporâneo, foi o mote para a escolha do tema. Há diversos amparos legais, a nível federal, estadual, municipal, que asseguram a concretude dessa temática: “Gestão Democrática e a Qualidade de Ensino”.

Todos, ou quase todos, os estabelecimentos de ensino, são regidos pelo Plano Político Pedagógico (PPP) que é um documento oficial, interno e norteador. O referido documento é anualmente ou a qualquer tempo, reformulado, para que melhor venha atender as necessidades, respeitando a realidade e particularidades da instituição.

De acordo com as orientações educacionais, o cidadão ou educando deve ser respeitado nas suas particularidades, limitações e potencialidades para que assim, torne-se um sujeito ativo e crítico na sociedade atual. O discurso é democrático, a lei é favorável, mas na maioria das vezes indivíduos que questionam, não são bem-vindos, pois quando tentam expressar opiniões sobre determinado assunto, a crítica é recebida como uma afronta, uma ameaça e essas situações geram desconforto, revolta e outros conflitos no ambiente escolar.

Numa gestão democrática é necessário estar aberto as mudanças, ouvir queixas, dúvidas, críticas e analisar sugestões, para possíveis mudanças, sejam elas oriundas, da gerência de educação, de alunos, pais, professores, funcionário, ou colaboradores em geral.

Nesse sentido é essencial, uma reflexão dos profissionais que atuam na área educacional, repensando a eficácia das suas ações e práticas pedagógicas. Entretanto, a distância entre a teoria e a prática, dificultam a conquista da real

democratização e conseqüentemente a qualidade do ensino. Nesse cenário o grande desafio é buscar a participação dos integrantes da escola e da comunidade, para que se atinjam as metas e objetivos a curto, médio e longo prazo.

O presente documento é um norteador da gestão escolar, sendo flexível voltado para as reais necessidades da comunidade escolar, priorizando o ensino aprendizagem com respeito e comprometimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEMOCRATIZAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO:

Democratização e qualidade de ensino, não apenas no sentido de uma vaga na escola, mas no sentido de garantir uma educação inclusiva, que produza indivíduos com capacidades intelectuais, morais e sociais, que sejam capazes de interagir, participando ativamente das tomadas de decisões, não apenas em seu benefício próprio, mas de toda a coletividade.

O termo “Democratização” segundo o dicionário Infopédia é o ato ou efeito de democratizar, tornar-se democrático, definindo-se os princípios de igualdade entre os membros de um grupo, comunidade, etc.

Já Gabriel Mario Rodrigues presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior (ABMS) diz que:

Qualidade de Ensino num mundo globalizado em que vivemos, onde a busca pelo desenvolvimento das nações exige recursos humanos preparados para atingir o máximo de desempenho laboral para que as metas de progresso se concretizem, a importância da educação superior é um axioma vital.

Desta forma, o conceito de qualidade de ensino está associado ao perfeito, ao mais capacitado, ou seja, aquele que se destaca positivamente em termos de conhecimento. Cabe aos professores a responsabilidade de assegurar aos alunos, o acesso ao conhecimento, através de práticas morais e sociais, para que se cultive valores como a igualdade, a tolerância, a não - violência, a solidariedade, a humanidade, enfim, modos de vida que tenham na democracia política e social o maior de seus compromissos.

E desta forma concordar, que não só os fatores políticos internos ou externos, ou aplicabilidade da lei, sejam determinantes, mas a participação ativa de todos os envolvidos no processo ensino/aprendizagem, são fundamentais para a produção de uma escola democrática e com qualidade.

Por sermos um país marcado por tantas desigualdades sociais e por tradição histórica de autoritarismo existe ainda ausência de ações institucionais para uma participação efetiva. Mesmo que a educação venha ocupando lugar de destaque nas políticas públicas somente

permitir o acesso ao ensino não é suficiente para promover a inclusão educacional e social de uma parcela significativa da sociedade brasileira. Cremos sim que a permanência e a qualidade do ensino público seja o passo importante e de que a participação popular seja o caminho viável para a construção de um mundo justo e feliz. (LÜCK, 2000, p. 12)

Um dos grandes desafios para educadores, estudantes e sociedade em geral, é a efetividade das leis brasileiras e um constante questionamento quanto a sua eficiência, na área educacional. Há grande interesse dos governos, para elevar o índice de conhecimento dos alunos, obtendo resultados positivos e significativos, nas provas que medem esse conhecimento, como é o caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB , criado pelo INEP em 2007, numa escala de zero a dez, através dos programas, que avaliam essa qualidade, focando nos dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil. É importante destacar ainda que, mais recentemente, outras dimensões de avaliação vêm implicando na vida escolar dos alunos e por consequência, na organização do trabalho pedagógico das escolas.

Além das avaliações tradicionais da aprendizagem, desenvolvida por educadores, para mensurar os resultados do processo de ensino e aprendizagem, surgem novas propostas de avaliações externas em larga escala, como as Provas Brasil, do PISA e do ENEM. A avaliação de larga escala, por sua vez, vem se destacando nacionalmente como instrumento de mensuração de índices e resultados educacionais para os sistemas de ensino. Por meio de exames externos, que são fornecidos às escolas e aos sistemas escolares de forma comparativa.

A concepção assumida no contexto da Proposta Curricular de Santa Catarina é de que os índices, embora relevantes para a formulação de políticas públicas, não deveriam dar lugar a “ranqueamentos” competitivos. É essencial acrescentar que as avaliações externas não substituem o necessário e contínuo esforço de avaliação institucional como parte do Projeto Político Pedagógico. (Proposta curricular de Santa Catarina)

Frente aos compromissos governamentais, as metas avançam ao qualificarem-se o tipo de educação que deve ser oferecida, como uma Educação de

Qualidade. Não a título de competitividade, mas como melhoria e qualidade no sentido real, o desafio que se coloca para todos é o de assegurar educação inicial a todas as crianças, garantir a educação obrigatória e ampliar a oferta de educação secundária aos jovens, oferecer oportunidades de educação superior ao alcance de todos, além da formação continuada com qualidade aos educadores. Isso implica em qualificar a educação a ser oferecida, bem como ressaltá-la como direito humano fundamental de todo cidadão.

A educação é um direito humano fundamental e é essencial para o exercício de todos os direitos. Mesmo assim, existem ainda cerca de 781 milhões de analfabetos no mundo, e cerca de 58 milhões de crianças que ainda se encontram fora da escola primária, muitos jovens, mulheres e homens adultos continuam sem aprender o que precisam saber para dirigir suas vidas com saúde e dignidade... ([http://www.unesco.org/new/pt/brasil/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil))

É importante frisar que o bem social que se almeja democratizar com o acesso de todos à escola não é uma vaga na sala de aula ou o acesso físico às dependências da escola. Assim, qualidade de ensino na perspectiva de uma educação pública não é a formação de uma elite socioeconômica, mas a democratização do acesso aos bens culturais comuns que se encarnam nas disciplinas, saberes e valores da instituição escolar. É na busca por essa articulação entre a abertura da escola pública a todos os segmentos da população, a melhoria do rendimento escolar e a democratização das relações nas instituições escolares.

Entende-se que educação é uma condição indispensável para que se produza um homem histórico-socialmente construído, formando-o para bem viver em sociedade com liberdade e dignidade. A democratização “democracia” é então a mediadora dessa construção social, sendo o elo de ligação entre as duas, a democracia é fruto da qualidade de ensino, e a qualidade de ensino da democracia.

Democracia é um sistema em que as pessoas de um país podem participar da vida política. Esta participação pode ocorrer através de eleições, plebiscitos e referendos. Dentro de uma democracia, as pessoas possuem liberdade de expressão e manifestações de suas opiniões. (www.suapesquisa.com/historia/dicionario)

A gestão democrática está prevista na LDB 9394/96 e na Lei Complementar nº 170 de 07/08/98, porém isso não assegura sua concretude. É preciso realizar

algumas reflexões sobre a temática e a efetividade da mesma. A qualidade de ensino integra o projeto de construção da democratização da sociedade brasileira e nesse sentido, em termos educacionais recentes, podemos citar: a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) o Projeto Político- Pedagógico (PPP) a Avaliação Institucional, a Eleição para Diretores, a autonomia financeira, são ensaios democráticos da tão sonhada democracia para a comunidade escolar e sociedade em geral.

Apesar de inúmeros esforços em termos de materialização desses direitos por meio da legislação, há uma certa dificuldade de efetivá-los, isso porque a nossa cultura democrática ainda é muito embrionária e podemos afirmar que a construção da democracia nas escolas públicas é um desafio a ser enfrentado. Complementando essa afirmação podemos citar a meta 19 do Plano Nacional da Educação que diz:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. ([nova_escola.org.br/politicas-publicas /pne-meta](http://nova_escola.org.br/politicas-publicas/pne-meta), 2016).

Vivemos um momento de revoluções, um período transitório em relação as tomadas de decisões e a efetivação das leis, mas ao mesmo tempo favorável, o que nos dá segurança, de que estamos caminhando para a Democracia. Muitos passos já foram dados e serão precisos muitos mais, até que essa tão sonhada Democratização se concretize.

Cabe ao gestor, aos professores, equipe pedagógica e demais envolvidos no processo ensino aprendizagem, estimular a efetivação da gestão democrática, através da busca incessante do conhecimento, cumprindo seus deveres de cidadão e fazendo-se cumprir seus direitos.

Estimular a frequência e a permanência do aluno até a sua formação é tarefa para o gestor, juntamente com sua equipe de profissionais capacitados e comprometidos com a educação, buscando parcerias com outros setores da comunidade e da sociedade, fazendo-se cumprir, o que diz, a Lei de Diretrizes e Bases 9394, no seu artigo 5º:

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (www.jusbrasil.com.br,1996)

Há uma necessidade de cumprimento dessa lei, podendo a mesma ser exigida por qualquer cidadão brasileiro para que se cumpra, sem prejuízos, considerando a educação básica obrigatória de fundamental importância na vida de todos os brasileiros. O Gestor, através da sua atuação, deve ser o primeiro a garantir o direito ao acesso e a permanência dos alunos à educação. Nesse sentido cita-se Cury, o qual afirma que “o papel do gestor é de assumir e liderar a efetivação desses direitos no âmbito de suas atribuições legais”. (CURY, 2002).

Considerando-se, o avanço frenético das novas tecnologias que passam a desenvolver funções anteriormente atribuídas somente à escola, são também, propagadoras de conhecimentos diversos e de cultura. Cabe aos educadores estar atentos e abertos a essa inovação, buscando nela um valioso recurso para auxiliar na educação.

Segundo a Proposta curricular de SC, o professor é o mediador na busca pelo conhecimento e como tal, deve saber aproveitar ao máximo esses recursos tecnológicos.

Desde muito cedo as pessoas têm acesso a interações de auto conteúdo comunicativo. “Os jovens e as crianças de hoje são sujeitos de aprendizagem ativos e rebeldes a uma prática pedagógica unidirecionada ao aluno”. (Proposta Curricular de Santa Catarina, 2016).

De acordo com pesquisa documental realizada na Unidade Escolar da EEB Prof. Maria Paula Feres, local onde o Plano de Gestão será implementado, o Plano Político Pedagógico (PPP) está atualizado e fundamentado na Proposta Curricular de SC. Como se percebe na citação a seguir.

Possibilitar o desenvolvimento integral do educando através da formação intelectual, científica, física, espiritual, social, ética e ideológica, a fim de formar um cidadão com consciência crítica da realidade social, preocupando-se com o bem comum e com a transformação pessoal e social. (PPP da EEB Professora Maria Paula Feres)

É necessário que haja coerência entre o discurso e a prática, para que se alcance a democratização nas escolas públicas e como resultado a qualidade do ensino. Uma Educação focada na qualidade de ensino, numa perspectiva democrática, exige de todos os envolvidos um constante esforço teórico de compreensão dessas diferentes dimensões e um esforço prático reiterado a fim de que sua ação fomente a igualdade de direitos e uma cultura de promoção dos valores democráticos.

3 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

3.1 INTRODUÇÃO

A Escola de Educação Básica Professora Maria Paula Feres foi fundada no dia 05 de junho de 1899 pela Sociedade Escolar Vila Nova. Inicialmente denominada “Deutsche Schule Vila Nova”, onde era composta de alemães e seus descendentes, marcando as atividades escolares, que sobrevive a mais de um século. Mais tarde, a Unidade Escolar foi criada pelo ato de criação/7078 de 08/08/1968, DEC 7078. A Escola recebeu várias denominações até estabelecer oficialmente o nome atual para EEB Prof^a Maria Paula Feres. A referida escola está localizada na Rua Germano Neundorf, 1275, no Bairro Vila Nova, onde atende comunidades próximas (zona urbana e rural). Conta aproximadamente com 940 alunos, 60 professores, 3 Assistentes Técnico Pedagógicos, 2 Assistentes de Educação, 01 Supervisora Escolar, 4 professores efetivos Readaptados e 06 Agentes de Serviços Gerais. Conta como apoio da Associação de Pais e Professores, Clube de Mães, Conselho Deliberativo, Grêmio Estudantil e Comunidade em geral.

3.2 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

A Unidade Escolar atende alunos descendentes de alemães, italianos, brasileiros; predominando a presença de famílias com baixa renda. O número de pessoas por família é de 4,5 aproximadamente. A ocupação profissional envolve operários, empregadas domésticas, funcionários públicos, comerciantes, autônomos, aposentados, com renda oscilante entre 1 a 3 salários mínimos e um número significativo de desempregados. A Média de pessoas que trabalham com remuneração é de aproximadamente 1,5 pessoas por família. Em torno de 75% das famílias possuem moradia própria, apesar da precariedade de algumas. A média de escolaridade dos pais ou responsáveis varia de acordo com a faixa etária dos filhos, sendo que de 1º ao 5º ano EF, 36% dos pais possuem Ensino Médio; Já de 6º ao 9º ano EF, esta média baixa para 28%. No Ensino Médio este percentual cai para 14% apenas. Isso mostra a realidade do grau de instrução dos mesmos, o qual interfere direta ou indiretamente na aprendizagem escolar dos filhos. Conforme a pesquisa realizada na Unidade Escolar, esses dois fatores (financeiro, e o nível de

escolarização) influenciam consideravelmente de forma negativa em outros aspectos que seriam essenciais para uma Educação com mais qualidade para os filhos, como a aquisição de livros, assinatura de revistas, jornais e acesso a internet. Observa-se que em média, 83% das famílias nunca adquirem livros, 92% não assinam nenhum periódico e 58% não tem acesso a Internet. Nesse aspecto muitos se referiram possuir Internet, (apenas no Celular). As famílias não possuem muitas opções de lazer, sendo que estes se restringem a pequenas atividades como: pescarias, passeios, lanchonetes, festas religiosas. A religião predominante é a católica com 75%. Observa-se, porém que há uma ascendência em elevação para religiões evangélicas. Este perfil socioeconômico apresentado pode ser uma das razões para a baixa participação das famílias na escola e seus eventos diversos. A escola está inserida num contexto com graves problemas sociais como drogas, prostituição, desemprego violência e roubos. Essas mazelas da sociedade afetam diretamente o dia a dia da Unidade Escolar, influenciando negativamente aprendizagem dos alunos. Diante desse contexto faz-se necessário uma pesquisa para mostrar realmente o perfil socioeconômico das famílias atendidas.

3.3 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Os conteúdos e procedimentos pedagógicos estão contemplados no documento “Orientação curricular com foco no que ensinar: Conceitos e conteúdos para a Educação Básica (Documento Preliminar)”, de setembro de 2011, produzido de forma articulada envolvendo os professores das escolas, GEREDs e SED. Os conteúdos, os objetivos, as estratégias e o método pedagógico da Unidade Escolar é o socio-interacionismo e está de acordo com a proposta Curricular de SC, contemplando no PPP da escola e no plano anual de ensino. Na lógica do EF9, transcendendo a “aprovação/reprovação”, o modelo aponta-se no “aprender”, isto é, em processos educacionais centrados na aprendizagem produtiva e qualitativa de conhecimentos para a vida e para a cidadania, em que se envolvam, articuladamente, família, escola, professor, aluno, currículo e conceito/ conteúdo. Isto é determinante para o êxito, para a transformação, para o avanço e para o sucesso da educação escolar. A avaliação, imbricada ao processo, é diagnóstica, continuada e formadora: preocupa-se com a aprendizagem e propõe retomada pedagógica, para o êxito cognitivo e social do estudante. Faz-se, necessário avaliar

pontos positivos e negativos, demonstrando maturidade em reconhecer erros e acertos na busca constante de tentar saná-los. Reorganizar o que não está a contento e intervir no pedagógico, de forma pacífica, ética e profissional. Ofertar cursos de capacitações para professores, seminários e reuniões periodicamente e desta forma, iniciar um processo de participação democrática, na construção de uma escola comprometida com a transformação da sociedade e diretamente na promoção intelectual dos alunos. Os pais ou responsáveis devem estar informados sobre a Proposta Pedagógica Educacional, resultados bimestrais (boletins online e impresso) da Unidade escolar e acompanhamento do rendimento escolar, de modo a buscar parceria, na promoção da aprendizagem e também na frequência escolar, pois as faltas geram desmotivação para aprender e conseqüentemente a desistência (evasão de alguns alunos) O Gestor apoiado pela equipe Administrativa e Pedagógica, necessita fazer cumprir os dias letivos e aplicar a legislação em vigor, em prol do conhecimento, das necessidades dos alunos, , buscar resultados satisfatórios, quanto ao desempenho dos alunos, interno e externo (SAEB, Prova Brasil, IDEB, ENEM, ANA, Olimpíadas nacionais) É o Gestor que deve acompanhar o trabalho, juntamente com seus assessores, equipe pedagógica, administrativa e demais funcionários buscando conciliar de modo ético e coerente às necessidades de todos, inserindo nos Projetos Políticos Pedagógicos/PPP os Temas Transversais que norteiam o currículo da Educação Básica do Estado de Santa Catarina.

3.4 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

É a equipe administrativa escolar que conduz e garante o bom funcionamento da unidade escolar, proporcionando condições funcionais para que se cumpram com reais participações democráticas. Na presente equipe, os gestores possuem curso superior e com pós-graduação. O corpo docente 99% tem formação superior e são pós-graduados, 1% acadêmicos (ACTs Admitidos em caráter temporário). Sendo assim fortalece nosso grupo de docentes comprometidos e preparados para a atuação a qualidade de ensino. Num contexto escolar o diretor é a peça fundamental para coordenar, gerenciar e auxiliar os demais profissionais da escola.

Considerando que ser um gestor educacional vai muito além de um mero cargo ou uma profissão de grande responsabilidade, implica em ser autêntico, com visão, envolvendo todos no trabalho, fazendo das suas ações um exemplo,

tornando-se importante cada membro da equipe, criando uma gestão de qualidade e democrática, onde todos sintam satisfação em fazer parte da Unidade Escolar.

3.5 DIMENSÃO FINANCEIRA

A escola é mantida financeiramente pelas Entidades mantenedora: Secretaria Estadual de Educação, através da 25ª Gerência de Educação, Mafra/São Bento do Sul, através dos Recursos financeiros, das verbas federais, os quais são destinadas de forma legal pela entidade mantenedora, APP- Associação de Pais e Professores da escola e Conselho Deliberativo Escolar. São realizadas promoções pela APP para arrecadação de fundos, além de verbas recebidas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) dos quais são destinadas para bens permanentes e de consumo. As prestações de contas são realizadas de forma coletiva com a APP, Conselho Deliberativo e em seguida repassada a toda comunidade escolar. Embora esses recursos, ainda sejam insuficiente para suprir todas as necessidades, tais como reformas e reparos na parte física, instalações elétricas, aquisição de aparelhos eletrônicos, ventiladores, ar condicionado, participação em feiras, seminários, realização de cursos, viagens, passeios educativos entre outras.

3.6 DIMENSÃO FÍSICA

A instituição possui um espaço físico composto por 20 salas de aulas, 01 sala dos professores, 01 biblioteca, 01 salão, 01 secretaria, 01 cozinha, 01 sala da direção, 01 quadra esportiva ao ar livre, 01 sala de apoio Técnico pedagógico, 01 quadra coberta, 06 banheiros, 01 sala de informática e 01 área coberta. A Unidade escolar não apresenta boas condições de infraestrutura, não contempla totalmente acessibilidade nem possui áreas de convivências adequadas para um desenvolvimento pedagógico.

4 DETALHAMENTO DAS AÇÕES, OBJETIVOS E METAS

4.1 DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

Objetivo Específico	Atualizar as informações relacionadas ao perfil socioeconômico das famílias e comunidade escolar no PPP- Plano Político pedagógico da unidade escolar.
Meta	Atualização do perfil socioeconômico de 100% das famílias dos alunos matriculados na escola.
Ação	Divulgação e motivação para os pais e comunidade em geral sobre a importância da participação da coleta de dados. Realização de questionário (online e impresso) relacionados ao perfil socioeconômico da comunidade onde a escola está inserida. Organização, tabulação, análise e apresentação dos dados obtidos.
Início	10- 04 – 2017
Fim	10- 06 – 2017
Público Alvo	Alunos e Comunidade escolar.
Responsável pela Ação	Equipe Pedagógica, Professores e Gestor.

4.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Objetivo 1	Capacitar os professores, através de cursos e encontros pedagógicos.
Meta	Realização de 1 curso com 40 h no ano e 6 encontros pedagógicos.
Ações	Definição dos temas para os encontros pedagógicos. Elaboração do projeto para o curso de capacitação. Sensibilização do corpo docente para participação das atividades.
Início	02-01-2017
Fim	02-09-2018
Público Alvo	Direção e Professores.
Responsável pela Ação	Equipe Pedagógica, Professores, Gestor e Assessores.

Objetivo 2	Melhorar as práticas pedagógicas dos professores da Unidade Escolar, elevando o conhecimento e o domínio de classe dos mesmos.
Metas	Envolver pelo menos 50% dos professores na utilização de novas práticas pedagógicas.
Ações	Promover a troca de experiências entre profissionais da própria unidade escolar e de escolas próximas, correlacionando a eficiência das práticas pedagógicas, as inovações e as novas tendências no processo ensino e aprendizagem.
Início	02-01-2017
Fim	20-12-2020
Público Alvo	Direção e Professores.
Responsável pela Ação	Equipe Pedagógica, Professores, Gestor e Assessores.

Objetivo 3	Promover reuniões, encontros onde as famílias sintam – se parte integrante do Processo Ensino Aprendizagem.
Metas	Realização de 1 reunião por mês.
Ações	Estabelecer as datas das reuniões mensais. Definir os temas a serem abordados. Convidar profissionais de outras áreas para dar sua contribuição em determinado assunto. Elaborar e enviar convite, destacando a importância da presença das famílias.
Início	02-01-2017
Fim	20-12-2020
Público Alvo	Professores
Responsável pela Ação	Equipe Pedagógica, Professores e Gestor

4.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

Objetivo Específico 1	Analisar pontos positivos e pontos negativos em relação ao plano de gestão escolar, proposta pedagógica, realizando as devidas alterações com a participação da comunidade.
Ação	Delegar funções administrativas e pedagógicas, baseadas no conceito de gestão participativa e democrática.
Início	02-02-2017
Fim	20-12-2020
Público Alvo	Equipe pedagógica, administrativa, professores, pais, alunos.
Recurso	Humano e Financeiro.
Responsável pela Ação	Gestor

Objetivo Específico 2	Incorporar no PPP da unidade escolar a Avaliação Institucional interna e externa.
Ação	Revisão do projeto de avaliação institucional.
Início	02-02-2017
Fim	20-12-2020
Público Alvo	Equipe pedagógica, administrativa, professores, pais, alunos.
Recurso	Humano e Financeiro
Responsável pela Ação	Gestor, Equipe Pedagógica, professores.

4.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

Objetivo Específico 1	Administrar as verbas recebidas, realizando as devidas prestações das contas.
Ação	Aplicação corretamente as verbas recebidas com a participação da comunidade.
Início	02-02-2017
Fim	20-02-2020
Publico Alvo	Conselho Deliberativo, APP, Direção, Equipe Pedagógica.
Recurso	Humano E Financeiro
Responsável pela Ação	GESTOR

Objetivo Específico 2	Utilizar de forma correta e com responsabilidade os recursos recebidos.
Ação	Realizar pesquisa, orçamento e licitação em três fornecedores locais(valorizando o comércio local) optando pelo menor valor encontrado.
Início	02-02-2017
Fim	20-02-2020
Publico Alvo	Conselho Deliberativo, APP, Direção, Equipe Pedagógica.
Recurso	Humano E Financeiro
Responsável pela Ação	Gestor , Assessores.

4.5 DIMENSÃO FÍSICA

Objetivos Específicos	Assegurar a correta utilização das dependências físicas da unidade escolar, garantindo a acessibilidade. Tornar o espaço escolar mais acessível e agradável.
Ação	Adequa do espaço escolar contemplando a acessibilidade. Construção de rampas e de banheiros adaptados. Revitalização, pequenas reformas e consertos. Instalações de ventiladores. Pequenos reparos elétricos ou hidráulicos.
Início	02-02-2017
Fim	20-02-2020
Público Alvo	Conselho Deliberativo, APP, Direção, Equipe Pedagógica.
Recurso	Humano E Financeiro
Responsável pela Ação	Gestor, Assessores, APP, Conselho Deliberativo Escolar.

5 CONTROLE E AVALIAÇÃO DO PLANO

O controle e acompanhamento das ações se dará realização de reuniões periódicas com todos os envolvidos em uma das ações. Serão elaborados relatórios parciais com a finalidade de que a equipe gestora da escola tenha subsídios para acompanhar e avaliar a execução e resultados esperados por este plano de ações.

Além disso, o presente plano será avaliado pela gestão, juntamente com Conselho Deliberativo, APP Equipe Pedagógica a cada seis meses, podendo sofrer alterações quando houver necessidade. As metas e objetivos estão subdivididos em curto, médio e longo prazo, no período que compreende os quatro anos. Assim o gestor escolar compreende e assume seu compromisso na construção de uma gestão participativa e democrática, desempenhando o saber-fazer pedagógico, propondo mudanças e decidindo coletivamente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse plano de gestão, cujo título é “DEMOCRATIZAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO”, será desenvolvido, na EEB PROF. MARIA PAULA FERES, situada na Rua Germano Neundorf, 1271, no bairro Vila Nova em Mafra-SC, no período de janeiro de 2017 a dezembro, no ano de 2020.

Democratização e Qualidade de Ensino é a meta principal a ser alcançada, nesse projeto, buscando consolidar a parceria entre escola e família. Numa Gestão Democrática, a participação de todos é essencial, mas a parceria com a família é indispensável. Todos unidos e vigilantes em busca de um mesmo objetivo, para que a escola cumpra com sua função social que é de ensinar, e ensinar com qualidade. Um ensino de qualidade que capacite, profissionalize e modifique positivamente a realidade dos alunos.

Reforçar o diálogo, a justiça, a solidariedade, diminuir a desigualdade social, a evasão escolar e oferecer o aos alunos novas oportunidades de aprendizagem e desta forma, iniciar um processo de participação democrática, na construção de uma escola comprometida com a transformação da sociedade, visando a promoção intelectual dos educandos e a tão almejada qualidade de ensino.

Com o plano gestão democrático busca-se melhorias da educação, com a parceria entre escola e comunidade, concretizando isto a curto, médio e longo prazo, pois o presente documento é um norteador da ação educativa, sendo flexível voltados as necessidades da comunidade escolar, priorizando o ensino aprendizagem com respeito e compromisso.

O professor deve se auto avaliar e avaliar seus alunos, fornecendo subsídios aos mesmos, devendo essa avaliação ser contínua e cumulativa, trabalhando o conhecimento científico e tecnológico, superando senso comum.

De acordo com om PPP da referida escola, o desenvolvimento do aluno deve ser integral, priorizando a formação intelectual, científica, física, espiritual, social, ética e ideológica, a fim de formar um cidadão com consciência crítica da realidade social, preocupando-se com o bem comum e com a transformação pessoal e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A CONAE É CONVOCADA. mec.gov.br/fne-noticias, publicação dia 09 Maio 2016 19:29 ,busca 22/08/2016.

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

AZANHA, J. M. P. **Educação:** temas polêmicos. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CARVALHO, J. S. F. **Podem a ética e a cidadania ser ensinadas?** Educação, cidadania e direitos humanos. cidadania e direitos humanos. Petrópolis: Vozes, 2004

CARVALHO, J. S. F. "Podem a ética e a cidadania ser ensinadas?" Educação, cidadania e direitos humanos. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARVALHO, José Sergio de Fonseca **Democratização do ensino** Universidade de São Paulo <http://www.scielo.br/pdf>

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, p. 2, art. 37, Brasília, 5 de outubro de 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ pesquisado em 20/08/2016.

CURY, Carlos Jamil, **A gestão democrática na escola e o direito à educação.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes, **A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES** Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

REVISTA EDUCAR PARA CRESCER, Juliana Bernardi, 2013. <http://educarparacrescer.abril.com.br/>

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na Educação uma nova abordagem.** Instituto Paulo Freire, Universidade de São Paulo

<http://educarparacrescer.abril.com.br/guias-da-educacao/>

<http://www.inep.gov.br/>.

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>(pesquisado em 12/11/2016).

(<http://blog.abmes.org.br>) Associação Brasileira Mantenedora do Ensino Superior

O que é qualidade de ensino? Gabriel Mario Rodrigues julho 11, 2013(em 12/11/2016)

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LEI DE DIRETRIZES E BASES 9394/96

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, www.mec.gov.br/

LUCK, H. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à formação de seus gestores.** Em aberto, Brasília, v. 17, n.72, 11-33, fev. /jun.2000.

NOVA ESCOLA, edição 218, novembro 2008 <http://novaescola.org.br/edicoes-impressas>.

OLIVEIRA, J.F & BITTAR, Mariluce. **Gestão e Políticas da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
<http://pne.mec.gov.br/sistema-nacional-de-educacao>

PLANO ESTADUAL DE SANTA CATARINA
<http://www.sed.sc.gov.br/index.php/servicos/professores-e-gestores/16970-plano-estadual-de-educacao>

PPP- Projeto Político Pedagógico da EEB Prof. Maria Paula Feres, Mafra-SC, 2016.

PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, p. 31 , 32 , versão 2014

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino.** São Paulo: Ática, 2007.

PERONI, Vera Maria Vidal ,(dossiê) **Novas Relações do Estado e da E Sociedade** Tensões entre público e o privado na Educação - A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. veraperoni@gmail.com

portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes
RIBEIRO, R. J. **A democracia.** São Paulo: Publifolha, 2001.

SANTOS, Catarina de Almeida. **A Qualidade da Educação:**
[escoladegestores.virtual.ufc.br/ PDF/](http://escoladegestores.virtual.ufc.br/PDF/)

SED/SC RESOLUÇÃO Nº 183, de 19 de novembro de 2013, Art. 6º, § 1º

www.jusbrasil.com.br/topicos/11696233/artigo-5-da-lei-n-9394 de 20 de dezembro, 1996.(pesquisado em 23/08/2016.)

www.escoladegestores.virtual.ufc.br/ (pesquisado em 17/08/2016.

www.unesco.org/new/pt/brasil/education/ (pesquisado em 20/08/2016.

www.suapesquisa.com/historia/dicionario/ (pesquisado em 15/08/2016.